

HABEAS CORPUS Nº 295.793 - MT (2014/0128466-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : OSMAR PEREIRA DE SOUZA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **OSMAR PEREIRA DE SOUZA**, apontando-se, como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso.

Consta dos autos que o Paciente foi pronunciado pelo cometimento, em tese, do crime previsto no art. 121, *caput*, combinado com o art. 14, II, ambos do Código Penal, não tendo sido pronunciado em relação ao crime de homicídio consumado contra a outra vítima.

Segundo o Impetrante, o Ministério Público Estadual foi intimado e deixou transcorrer *in albis* o prazo para recurso da decisão de pronúncia.

A defesa interpôs recurso em sentido estrito almejando a impronúncia do réu, ao qual foi negado provimento.

Posteriormente, durante a sessão de julgamento do Tribunal do Júri, o Defensor Público arguiu que a pronúncia havia se omitido quanto a um homicídio consumado, devendo o Acusado responder somente quanto a tentativa de homicídio. O Ministério Público requereu a inclusão do crime de homicídio consumado na pronúncia.

O Magistrado de primeira grau suspendeu o julgamento do Tribunal do Júri e proferiu nova decisão, pronunciando o réu como incurso no art. 121, *caput*, e art. 121, *caput*, combinado com o art. 14, II, todos do Código Penal.

Inconformada, a Defesa interpôs novo recurso em sentido estrito, pleiteando a declaração de extinção da punibilidade quanto ao crime de homicídio consumado, em face da omissão da pronúncia.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso, nos termos do acórdão de fls. 23/29 (e-STJ), assim ementado, *verbis*:

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - HOMICÍDIO CONSUMADO E TENTADO - DECISÃO QUE NÃO CONSIGNA NA PARTE DISPOSITIVA A CAPITULAÇÃO JURÍDICA DE UM DOS DELITOS - NOVA DECISÃO PRONÚNCIA RETIFICANDO O EQUÍVOCO - IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DA DERRADEIRA DECISÃO - ALEGADA REFORMATIO IN PEJUS - OCORRÊNCIA DA PRECLUSÃO - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - INOCORRÊNCIA - PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO - RÉU DEFENDE-SE DOS FATOS NARRADOS E NÃO DA CAPITULAÇÃO JURÍDICA - MERO ERRO MATERIAL - RETIFICAÇÃO NÃO RESULTA PREJUÍZO AO ACUSADO RECURSO DESPROVIDO.

Não há falar-se em declaração de inexistência da decisão de pronúncia

que tão somente retifica o dispositivo da primeira, fazendo constar a totalidade da capitulação jurídica, porquanto restou obedecido o princípio da correlação, segundo o qual o decisor deve decidir sobre os fatos descritos na denúncia, vinculando-se às narrativas ali inseridas. Ademais, o réu se defende dos fatos que pesam contra ele e não da imputação realizada."

No presente *habeas corpus*, o impetrante alega, em síntese, que a primeira decisão de pronúncia fez coisa julgada formal, não podendo ter sido posteriormente retificada por nova decisão de pronúncia, devendo o Juiz apontar, expressamente, todos os dispositivos legais aos quais pronuncia o Acusado, nos termos do art. 413, § 1º, do Código de Processo Penal (e-STJ, fls. 15).

Assevera que o Tribunal de origem, ao confirmar a nova pronúncia, incorreu em revisão criminal *pro societate*, acarretando inegável insegurança jurídica e desrespeitando a coisa julgada (e-STJ fl. 17).

Pugna pelo prequestionamento dos arts. 647 e 648, VI e VII, do Código de Processo Penal (e-STJ, fl. 20).

Requer, liminarmente, a suspensão da tramitação da ação penal e no mérito, a concessão da ordem para que seja declarada a extinção da punibilidade quanto à imputação de homicídio consumado, determinando o julgamento somente quanto a tentativa de homicídio contra a outra vítima (e-STJ, fl. 21).

A liminar foi indeferida às fls. 153-155 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 165-169, 173-178 e 199-200 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do *writ* e, caso conhecido, pela denegação da ordem (e-STJ, fls. 182-186).

É o relatório.

Decido.

É manifesta a perda superveniente do objeto do presente *habeas corpus*.

No presente *writ*, o impetrante solicita a suspensão da tramitação da ação penal e a declaração de extinção da punibilidade quanto à imputação do homicídio consumado para que fosse julgado somente quanto ao delito tentado.

Ocorre que, consoante informações de fls. 199-200 (e-STJ), bem como em consulta ao sítio do Tribunal de Justiça, verifica-se que o paciente foi condenado, em 19/5/2015, pela prática dos delitos previstos no art. 121, *caput* e no art. 121, *caput*, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal, à pena de 6 anos de reclusão, no regime semiaberto, sem que tenha havido recurso da defesa.

Ante o exposto, diante da substancial mudança na realidade fática do caso, com fulcro no artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno, **julgo prejudicado** o pedido do presente *habeas corpus*, pela perda do seu objeto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator